

Office Total S.A.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	8
Demonstrações dos resultados abrangentes	9
Demonstrações da mutação do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos acionistas e Diretores da

Office Total

Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Office Total S.A. (“Companhia”) identificados como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Office Total S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individuais e consolidados de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento da receita

Veja a Nota 3 (q) e 23 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui o valor de R\$ 172.841 na receita operacional líquida, decorrente da prestação de serviços.</p> <p>A receita de serviço é reconhecida quando for satisfeita a obrigação de desempenho, ou seja, quando houver a transferência física do serviço prometidos e o cliente obtiver o controle desses bens, o que, geralmente ocorre no momento da prestação de serviço.</p> <p>O reconhecimento da receita, em função de sua natureza e relevância qualitativa e quantitativa, é assunto de suma importância para o entendimento por parte dos usuários previstos das demonstrações financeiras.</p> <p>Em função disso, dos processos que suportam o reconhecimento da receita, bem como o risco de as receitas não serem registradas no momento da transferência do controle, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.</p>	<p>Nossa abordagem de auditoria incluiu, dentre outros:</p> <p>Teste de desenho e implementação dos controles relevantes no processo de reconhecimento da receita, os quais incluem controles relevantes sobre o momento adequado para o reconhecimento da receita.</p> <p>Conciliamos 100% dos registros das receitas reconhecidas no ano com a base de dados de notas fiscais de prestação de serviço emitidas.</p> <p>Selecionamos uma amostra de transações de venda e inspecionamos o respectivo documento fiscal, bem como a documentação que comprove a liquidação financeira. Adicionalmente, verificamos se a receita foi reconhecida na competência adequada.</p> <p>Também avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes.</p> <p>Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos aceitáveis os valores reconhecidos de receitas da Companhia, bem como as divulgações relacionadas, no contexto da demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.</p>

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das

entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 16 de junho de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP -014428/O-6 F-RJ



Marcelo Luiz Ferreira

Contador: CRC RJ-0807095/O-7

Office Total S.A

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

Ativo						Passivo e patrimônio líquido					
Circulante	Nota	Controladora		Consolidado		Circulante	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021			2022	2021	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	4	51.395	18.368	62.450	27.967	Fornecedores	13	8.573	11.498	12.304	12.913
Contas a receber de clientes	5	18.477	10.340	28.741	12.035	Empréstimos e financiamentos	14	12.814	18.838	14.091	20.125
Estoques	6	16.146	10.110	19.720	11.552	Arrendamento a pagar	15	3.964	1.309	3.964	1.309
IR e CS a recuperar	7.1	1.005	6	1.376	16	Obrigações trabalhistas	16	6.609	5.484	8.298	6.305
Outros impostos a recuperar	7.2	7.006	267	7.979	371	Imposto de renda e contribuição social a pagar	17.1	-	182	746	317
Outros valores a receber	8	4.288	3.076	5.126	3.237	Outros impostos a pagar	17.2	1.763	2.081	2.194	2.521
		98.317	42.167	125.392	55.178	Dividendos e JCP a pagar	22.3	-	1.976	-	1.976
						Contas a pagar por aquisição	21	14.585	-	20.296	-
						Outras contas a pagar	18	632	554	652	792
								48.940	41.922	62.545	46.258
Não circulante						Não circulante					
Operações com partes relacionadas	9	10.338	10.687	5.308	2.036	Empréstimos e financiamentos	14	120.463	18.388	120.463	19.660
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	681	1.525	1.219	2.302	Arrendamento a pagar	15	603	603	603	603
Outros ativos		1.279	97	1.297	97	Operações com partes relacionadas	9	223	378	223	378
Investimentos	10	53.692	33.493	-	-	Contas a pagar por aquisição	21	24.304	12.974	24.304	17.881
Imobilizado	11	62.891	31.612	94.092	37.162	Receita diferida		-	415	-	415
Direitos de uso	15	4.407	1.822	4.407	1.822	Outros impostos a pagar	17.2	2.422	3.452	2.849	4.070
Intangível	12	42.919	9.896	64.891	44.345	Provisão para contingências	19	1.222	1.222	1.222	1.222
		176.207	89.132	171.214	87.764			149.237	37.432	149.664	44.229
						Patrimônio líquido	22				
						Capital social		69.203	67.227	69.203	67.227
						Reserva de capital		5.259	5.259	5.259	5.259
						Reserva de lucros		2.113	-	2.113	-
						Ajuste de avaliação patrimonial		(228)	-	(228)	-
						Prejuízos acumulados		-	(20.541)	-	(20.541)
								76.347	51.945	76.347	51.945
										8.050	510
								76.347	51.945	84.397	52.455
Total do ativo		274.524	131.299	296.606	142.942	Total do passivo e do patrimônio líquido		274.524	131.299	296.606	142.942

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Office Total S.A

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Receita operacional, líquida	23	111.604	85.546	172.841	104.395
Custos dos serviços prestados	24	(54.911)	(43.514)	(66.110)	(49.047)
Lucro bruto		<u>56.693</u>	<u>42.032</u>	<u>106.731</u>	<u>55.348</u>
Receitas/(despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	25	(35.064)	(25.952)	(56.450)	(34.638)
Resultado de equivalência patrimonial	10.b	18.714	1.716	-	-
Outras receitas operacionais, líquidas	26	450	779	432	706
Lucro antes do resultado financeiro		<u>40.793</u>	<u>18.575</u>	<u>50.713</u>	<u>21.416</u>
Resultado financeiro líquido	27	(13.433)	(3.453)	(14.712)	(3.867)
Participação nos lucros e resultados	16	(3.860)	(2.221)	(4.426)	(2.582)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>23.500</u>	<u>12.901</u>	<u>31.575</u>	<u>14.967</u>
Imposto de renda e contribuição social	28				
Corrente		-	(1.827)	(3.157)	(3.183)
Diferido		(844)	(1.080)	(1.084)	(1.260)
Lucro líquido do exercício		<u>22.656</u>	<u>9.994</u>	<u>27.334</u>	<u>10.524</u>
Participação dos controladores				22.656	9.994
Participação dos não controladores				4.678	530

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Office Total S.A

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Lucro do exercício	22.656	9.994	27.334	10.524
Outros resultados abrangentes:				
Ajuste de avaliação patrimonial	(228)	-	(228)	-
Resultado abrangente do exercício	<u>22.428</u>	<u>9.994</u>	<u>27.106</u>	<u>10.524</u>
Participação dos controladores			22.428	9.994
Participação dos não controladores			4.678	530

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Office Total S.A

Demonstrações da mutação do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Atribuível aos acionistas da Controladora							
	Capital social	Reserva de Capital	Reserva de Lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros e Prejuízos acumulados	Total	Participação de acionistas não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	67.151	5.259	-	-	(29.983)	42.427	1.463	43.890
Lucro do exercício	-	-	-	-	9.994	9.994	530	10.524
Aumento de capital	76	-	-	-	-	76	-	76
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(2.037)	(2.037)	-	(2.037)
Ganho/perda na incorporação reserva	-	-	-	-	1.483	1.483	(1.483)	0
Saldos em 31 de dezembro de 2021	67.227	5.259	-	-	(20.543)	51.943	510	52.454
Lucro do exercício	-	-	-	-	22.656	22.656	4.678	27.334
Destinação do resultado do exercício	-	-	2.113	-	(2.113)	-	-	-
Aumento de capital	1.976	-	-	-	-	1.976	-	1.976
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-
Atualização Lucros acumulados Investida	-	-	-	(228)	-	(228)	-	(228)
Participação minoritários aquisição	-	-	-	-	-	-	2.862	2.862
-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	69.203	5.259	2.113	(228)	-	76.347	8.050	84.398

Office Total S.A

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	NE	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		22.656	9.994	27.334	10.524
Ajustes para reconciliar o lucro ao fluxo de caixa das atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	11, 12 e 15	21.092	16.042	39.690	18.478
Equivalência patrimonial	10	(18.714)	(1.716)	-	-
Ajuste de estoque		-	-	-	(50)
Resultado na alienação do imobilizado/Intangível		1.981	102	1.963	697
Provisão (reversão) para perdas esperadas		1.647	94	2.546	280
Juros e variações monetárias		10.267	2.197	11.544	2.383
Provisão para contingências		-	-	-	-
		<u>38.929</u>	<u>26.713</u>	<u>83.077</u>	<u>32.312</u>
Variações nos ativos e passivos operacionais:					
Contas a receber de clientes, líquido		(9.784)	(2.711)	(19.252)	(2.590)
Estoques		(6.036)	(1.349)	(8.168)	(821)
Impostos a recuperar		(6.894)	(111)	(7.885)	127
Outros valores a receber		(6.358)	(2.597)	(7.032)	(3.423)
Partes relacionadas		349	(2.470)	-	-
Fornecedores		(2.925)	4.090	(3.881)	3.394
Impostos a pagar		(1.347)	1.469	1.609	2.896
Obrigações trabalhistas		1.125	843	1.993	900
Contas a pagar		-	150	-	359
Outras contas a pagar		2.079	675	3.506	602
Caixa gerado pelas operações		<u>9.138</u>	<u>24.702</u>	<u>43.967</u>	<u>33.756</u>
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	14	(3.045)	(2.148)	(3.343)	(2.377)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(182)	(1.656)	(2.728)	(3.130)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>5.911</u>	<u>20.898</u>	<u>37.896</u>	<u>28.249</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento:					
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	11 e 12	(62.895)	(28.246)	(126.641)	(30.813)
Recursos provenientes da alienação de bens do Imobilizado/Intangível	26	8.360	1.031	8.874	1.022
(Aquisição) baixa de investimentos	10	(49.761)	-	-	-
Dividendos recebidos	10	16.590	-	-	-
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento		<u>(87.706)</u>	<u>(27.215)</u>	<u>(117.767)</u>	<u>(29.791)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:					
Aumento Capital		1.976	-	1.976	-
Pagamentos e juros sobre arrendamentos		(1.064)	(1.064)	(1.064)	(1.064)
Partes relacionadas	21	20.157	(946)	20.961	(946)
Captação de empréstimos e financiamentos	14	121.531	26.712	121.531	26.712
Amortização de empréstimos e financiamentos	14	(26.345)	(18.674)	(27.617)	(19.906)
Amortização de arrendamentos		(1.433)	-	(1.433)	-
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		<u>114.822</u>	<u>6.028</u>	<u>114.354</u>	<u>4.796</u>
Aumento do caixa e equivalentes de caixa		<u>33.027</u>	<u>(289)</u>	<u>34.483</u>	<u>3.254</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		18.368	18.656	27.967	24.713
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		51.395	18.368	62.450	27.967
Aumento do caixa e equivalentes de caixa		<u>33.027</u>	<u>(289)</u>	<u>34.483</u>	<u>3.254</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)

1 Contexto operacional

Office Total S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima, com sede na Rua São Januário, 485 – São Cristóvão, RJ, CEP 24431-580, e que tem por objeto alocação e manutenção de máquinas para escritórios, e comércio atacadista varejista de suprimentos de escritórios e outros, que atua no mercado de *outsourcing* de impressão e soluções para gestão e controle de documentos. Com 386 colaboradores e equipe técnica própria, a Companhia possui mais de 3.000 clientes em diferentes regiões do Brasil.

O ano de 2022 foi histórico para a Office Total, quando atingimos o nosso maior Faturamento Bruto histórico, R\$ 178.984. Também marcou a consolidação da Office Total no mercado locação de PCs, triplicando a receita com crescimento orgânico, além de aquisição.

Aquisição

Conforme divulgado na nota de eventos subsequentes, em nossas demonstrações financeiras de 2021, Em 25 de fevereiro de 2022, após o cumprimento das condições precedentes foi assinado o termo de fechamento da transação de aquisição de 80% do capital social da SCM Participações Ltda, pelo valor total de R\$ 49.760 dividido em 5 parcelas (2 parcelas fixas e 3 ajustes de preços). SCM Participações opera no mesmo tipo de operação da Companhia. O valor foi pago da seguinte forma: R\$ 18.000 na data do fechamento da transação, os 3 ajustes de preços que totalizaram em 9.760 (2.500+2.500+4.760) e R\$ 22.000 que serão pagos ao final de 4 anos corrigidos por 100% de CDI.

A Aquisição da SCM faz parte da estratégia da companhia de adicionar novos *devices* em seu portfólio, agregando serviços.

Valor justo dos ativos e passivos adquiridos assumidos na data de aquisição:

Ativos	Valor Justo
Ativos circulantes	15.342
Imobilizado	24.395
Marca	843
Carteira de Clientes/Contratos	1.496
Passivos	
Passivos circulantes	1.985

Acervo líquido assumido (referente a 100% do saldos)	40.091
--	--------

Veja maiores detalhes quanto aos impactos contábeis da aquisição da SCM na nota explicativa 10 referente aos investimentos.

PERSE

Em 17 de Março de 2022, o Congresso Nacional derrubou o veto parcial à Lei no. 14.148/21 (“Lei do PERSE”), dentre os quais o Art 4º que prevê alíquota zero para os seguintes tributos: PIS, Cofins, CSLL e IRPJ. Através da Portaria ME no.7163 de 21 de Dezembro de 2021, foram definidos os códigos da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE que seriam enquadrados no benefício. Nele está contido o de no. 7733-1/00 – Aluguél de Máquinas e Equipamentos para Escritórios, sendo esse o CNAE principal da Companhia e de suas subsidiárias, sendo assim contempladas com o benefício.

O efeito que o benefício traz sobre essas demonstrações financeiras foi de R\$ 7.349 para PIS/COFINS e 1.420 para imposto de renda e contribuição social na Controladora e 8.535 para PIS/COFINS e 2.140 para imposto de renda e contribuição social no Consolidado.

2 Base de apresentação das demonstrações contábeis

Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e legislação societária brasileira.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria em 16 de junho de 2023.

Base de elaboração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se mencionado ao contrário nas práticas contábeis descritas a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor nominal das contraprestações pagas em troca de ativos.

Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real estão em milhares, exceto quando indicados de outra forma.

Consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas foram elaboradas de acordo com os princípios de consolidação previstos na Lei das Sociedades por Ações e segundo os critérios estabelecidos no CPC 36 e IAS 34, abrangendo as informações das investidas na tabela a seguir, cujos exercícios sociais são coincidentes em relação ao da controladora:

Controlada	2022		2021	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
SCM Participações	80%	-	-	-
Bird Solution	80%	-	80%	-

Na consolidação foram eliminadas as participações da controladora nos patrimônios líquidos das controladas, bem como os saldos de ativos e passivos, receitas, custos, despesas e lucros não realizados, decorrentes de transações efetuadas entre as empresas.

Os exercícios sociais das controladas são coincidentes com os da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma padronizada nas empresas consolidadas.

3 Sumário das principais práticas contábeis

a. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor, sendo demonstrados pelo custo, acrescido dos juros auferidos. Seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

b. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perda esperada de crédito.

Baseado no CPC 48 (Instrumentos Financeiros), a Administração da Companhia efetua análise individual de sua carteira de recebíveis para determinar os valores de provisão de crédito esperada. A provisão é considerada suficiente para a cobertura de eventuais prejuízos na realização de valores a receber de clientes e outros créditos, levando em consideração a análise das operações em aberto, das garantias existentes e dos riscos específicos apresentados.

c. Partes relacionadas

Incluem as transações realizadas entre a controladora e suas controladas diretas ou indiretas, bem como com aquelas nas quais a controladora mantém investimentos relevantes, em condições similares àquelas praticadas com partes independentes.

d. Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o do custo médio ponderado. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda e ajustados de eventuais perdas, quando aplicável.

e. Outros ativos circulantes e não circulantes

Apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos.

f. Investimentos

Incluem os investimentos permanentes e relevantes em controladas, avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Combinações de negócios

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição na data de aquisição, isto é, quando o controle é transferido. A contraprestação de aquisição transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para impairment.

O ágio resultante da aquisição de investimento, posteriormente incorporado, é demonstrado no

investimento e refere-se ao montante apurado em conformidade com as práticas contábeis aceitas.

g. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados nas datas dos balanços, sendo o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

h. Intangível

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, separáveis ou resultantes de direitos contratuais ou de outros direitos legais. A Companhia possui registrados os contratos vigentes na data da aquisição ao custo de aquisição deduzido dos valores amortizáveis, calculados pelo método linear ao longo de suas vidas úteis.

As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos *softwares*.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

i. Instrumentos financeiros Reconhecimento e mensuração inicial

A Companhia reconhece o contas a receber de clientes e partes relacionadas inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos.
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia.
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados.
- Como os gerentes do negócio são remunerados.
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia a essa condição.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

Os ativos e passivos financeiros foram classificados como mensurados a custo amortizado. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido ao valor justo.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Em 31 de dezembro de 2021, os passivos financeiros não derivativos da Companhia estavam representados por fornecedores, contas a pagar partes relacionadas e mútuo com partes relacionadas. Os ativos financeiros são representados por depósitos bancários e o contas a receber de clientes e de partes relacionadas. A classificação dos ativos e passivos financeiros está apresentada na Nota Explicativa nº 29.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros ao VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. Não há itens classificados ao VJR em 2022 e 2021.
Ativos financeiros ao custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Os ativos e passivos financeiros da Companhia são classificados como mensurados ao custo amortizado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado. Não há instrumentos de dívida ao VJORA em 2022 e 2021.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado. Não há instrumentos patrimoniais ao VJORA em 2022 e 2021.

j. *Impairment de ativos não financeiros*

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, quando existam, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Tais revisões são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*.

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos os seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)).

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

k. *Arrendamentos*

O CPC 06 (R2)/IFRS 16 introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial de arrendatários. Como resultado, a Companhia, como arrendatária, reconheceu os ativos de direito de uso que representam seus direitos de utilizar os ativos subjacentes e os passivos de arrendamento que representam sua obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento — Nota Explicativa nº 15. A contabilidade do arrendador permanece semelhante às políticas contábeis anteriores.

Arrendatário

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para os arrendamentos. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustado por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente.

Passivo de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a ser realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou a condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados.

l. Ajuste a valor presente

A Companhia reconhece os ativos e passivos provenientes de operações de longo prazo, bem como as operações relevantes de curto prazo, caso consideradas relevantes em relação ao capital de giro e as demonstrações financeiras como um todo, ajustadas ao valor presente. O desconto a valor presente toma por base as taxas básicas de juros praticadas pela Companhia no curso de suas operações e os prazos das referidas transações.

m. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado.

Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

n. Provisões e outros passivos circulantes e não circulantes

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente legal ou implícita de eventos passados, é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

Os demais passivos circulantes e não circulantes são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

o. Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo do imposto de renda e da contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço em que a Companhia atua e gera lucro tributável. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes.

p. Provisão para riscos trabalhistas e tributários

As provisões para ações judiciais, quando existentes, são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

As provisões são atualizadas até a data do balanço pelos montantes estimados de provável desembolso de caixa, observada sua natureza e com base na opinião dos consultores jurídicos da Companhia.

As provisões para ações judiciais classificadas como possíveis são apenas informadas no quadro de provisão de contingências.

q. Reconhecimento da receita

A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base a execução dos serviços realizados até as datas dos balanços, de acordo com as medições efetuadas, compreendendo parcelas já faturadas e outras a faturar pelos serviços prestados.

A Companhia reconhece receitas quando (ou à medida que) a Companhia satisfizer à obrigação de desempenho ao transferir o bem ou o serviço prometido ao cliente. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.

Natureza da receita	Época do cumprimento das obrigações de desempenho e condições de pagamento	Reconhecimento da receita conforme CPC 47 (IFRS 15)
Aluguel de impressoras e equipamentos	As receitas são apuradas de acordo com o contrato de cada cliente. Os valores são recebidos em média até 30 dias.	O reconhecimento da receita ocorre mensalmente, mediante a emissão do faturamento. A receita é determinada com base nos preços previamente acordados em contrato e faturadas dentro de mês de competência.
Vendas de suprimentos	As receitas são apuradas de acordo com o faturamento. Os valores são recebidos em média até 30 dias.	O reconhecimento da receita ocorre no momento da emissão da NF de venda e da entrega imediata ao cliente.
Venda de máquinas	As receitas são apuradas de acordo com o faturamento. Os valores são recebidos em até 30 dias.	O reconhecimento da receita ocorre no momento da emissão da NF de venda e da entrega imediata ao cliente.
<i>Outsourcing</i> de computadores, equipamentos e processos	As receitas são apuradas de acordo com o contrato de cada cliente. Os valores são recebidos em média até 30 dias.	O reconhecimento da receita ocorre mensalmente, mediante a emissão do faturamento. A receita é determinada com base nos preços previamente acordado em contrato e faturadas dentro de mês de competência.

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- (i) Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis perante as autoridades fiscais, hipotese em que são reconhecidos como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso.
- (ii) Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados com o valor dos impostos sobre vendas.

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

r. Receitas e despesas financeiras

Representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, debêntures, credor pela concessão e provisão para manutenção.

s. Benefícios a funcionários e dirigentes

A Companhia possui apenas plano de participação nos lucros ou bônus, não possuindo planos de aposentadoria ou de outros benefícios pós- demissão ou aposentadoria.

t. Uso de estimativas e julgamentos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão

contempladas a seguir.

a. Provisão para perdas de crédito esperada (PCE) – Nota Explicativa nº 5.

A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso para agrupamentos de vários segmentos de clientes que apresentam padrões de perda semelhantes (como, por exemplo, por região geográfica, tipo de produto ou tipo de cliente e risco de crédito, entre outras).

A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia. O Grupo revisa a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. Por exemplo, se há expectativa de deterioração de condições econômicas previstas no próximo ano (por exemplo, o produto interno bruto) – o que pode levar a um aumento na inadimplência no setor manufatureiro – as taxas de perda históricas são ajustadas. Em todas as datas de relatórios, as taxas de perda histórica observadas são atualizadas e as mudanças nas estimativas prospectivas são analisadas.

b. Provisão para perdas nos estoques – Nota Explicativa nº 6.

A provisão para perdas nos estoques é estimada com base no histórico de perdas na execução dos inventários físicos nos centros de distribuição, bem como na venda de itens abaixo do preço de aquisição e estoques sem venda e na validade de determinados produtos. Esta provisão é considerada suficiente pela Administração para cobrir as prováveis perdas na realização dos seus estoques.

c. Depreciação e amortização - Nota Explicativa nº 11 e 12.

A depreciação ou amortização dos ativos imobilizado e intangível, baseado em laudo elaborado por especialista independente, considera a melhor estimativa sobre a utilização destes ativos ao longo de suas operações. Periodicamente a Administração avalia se mudanças no cenário econômico e/ou no mercado consumidor que podem requerer a revisão dessas estimativas de vida útil.

d. Provisão para contingências – Nota Explicativa nº 19.

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais

e. Impostos diferidos – Nota Explicativa nº 20.

O ativo fiscal diferido é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. O Grupo apresenta prejuízos fiscais a compensar. Esses prejuízos se referem a controladas que apresentam histórico de prejuízos, não prescrevem e não podem ser utilizados para fins de compensação com lucro tributável em outra partedo Grupo. A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal.

u. Dividendos

A proposta de distribuição de dividendos feita pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrado como passivo na rubrica “Dividendos a pagar”, por ser considerada uma obrigação legal prevista nos atos estatutários da Companhia.

3.1 Novas normas e interpretações vigentes

Os principais normativos emitidos pelo IASB que ainda não entraram em vigor também não tiveram adoção antecipada pela Sociedade até 31 de dezembro de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

a. Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC25/IAS 37)

As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2023 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são reapresentados. A Companhia determinou que todos os contratos existentes em 31 de dezembro de 2021 serão concluídos antes das alterações entrarem em vigor.

b. Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12)

As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias - por exemplo, arrendamentos e passivos de custos de desmontagem. As alterações aplicam-se aos períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023. Para arrendamentos e passivos de custos de desmontagem, os ativos e passivos fiscais diferidos associados precisarão ser reconhecidos desde o início do período comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como um ajuste no lucro acumulado ou outros componentes do patrimônio naquela data. Para todas as outras transações, as alterações se aplicam a transações que ocorrem após o início do período mais antigo apresentado.

A Companhia contabiliza impostos diferidos sobre arrendamentos e passivos de custos de desmontagem aplicando a abordagem ‘integralmente vinculada’, com efeito em resultado semelhante ao das alterações, exceto que os impactos dos impostos diferidos são apresentados líquidos no balanço patrimonial. De acordo com as alterações, a Companhia reconhecerá um imposto diferido ativo e um imposto diferido passivo. Em 31 de dezembro de 2021, a diferença temporária tributável em relação ao ativo com direito de uso é de R\$ 1.989 mil (Nota 11 e 15) e a diferença temporária dedutível em relação ao passivo de arrendamento é de R\$ 1.989 (Nota 15), resultando em um imposto diferido ativo líquido de R\$ 676. Não haverá impacto sobre os lucros acumulados com a adoção das alterações.

c. Outras Normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1).
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2).
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8).

4 Caixa e equivalentes de Caixa

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	776	1.854	4.425	2.031
Aplicações financeiras	50.619	16.514	58.025	25.936
	51.395	18.368	62.450	27.967

As aplicações financeiras referem-se a recursos aplicados em fundos de investimentos de renda fixa que apresentam liquidez imediata e risco insignificante de perda, com rendimentos próximos a 100% do CDI em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

5 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Duplicatas a receber de clientes	21.735	11.951	33.178	13.926
Provisão para perda de crédito esperada (PCE)	(3.258)	(1.611)	(4.437)	(1.891)
	18.477	10.340	28.741	12.035

A Companhia avaliou as perdas em crédito esperadas, levando em consideração seu procedimento atual de provisão para perdas com devedores duvidosos, as características de risco de crédito das operações, o comportamento de pagamentos de seus clientes, sua taxa histórica de inadimplência e estimativas futuras de perdas.

Em 31 de dezembro de 2022, o total de provisão para perda de crédito esperada totaliza R\$ 3.258 e R\$ 4.437, controladora e consolidado, respectivamente (R\$1.611 e R\$ 1.891), controladora e consolidado, respectivamente em 31 de dezembro de 2021). O aumento de 50% se deve principalmente ao atraso de alguns principais clientes da controladora.

Composição por vencimento dos valores de contas a receber de clientes:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
A vencer	15.773	7.793	22.879	8.925
Vencido até 30 dias	1.832	1.212	3.175	1.320
Vencido até 60 dias	577	350	1.113	402
Vencido até 90 dias	308	102	582	128
Vencido até 120 dias	188	77	366	86
Vencido até 180 dias	239	168	615	197
Vencido até 360 dias	389	635	1.221	839
Vencido superior a 360 dias	2.429	1.614	3.227	2.029
	21.735	11.951	33.178	13.926

A movimentação das perdas esperadas é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Saldo inicial	(1.611)	(3.002)	(1.891)	(3.120)
Adições, líquidas	(1.663)	(94)	(2.565)	(280)
Baixas	16	1.485	19	1.509
Saldo final	(3.258)	(1.611)	(4.437)	(1.891)

6 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Máquinas e produtos para revenda	16.160	10.124	19.734	11.566
Provisão de perda em estoque	(14)	(14)	(14)	(14)
	16.146	10.110	19.720	11.552

A movimentação das perdas esperadas é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Saldo inicial	(14)	(14)	(14)	(64)
Baixas	-	-	-	50
Saldo final	(14)	(14)	(14)	(14)

7 Impostos a recuperar

7.1 IR e CS a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
IRRFs aplicação finan. a recuperar	251	6	265	5
IRPJ e CSLL a recuperar	754	-	1.111	11
	1.005	6	1.376	16

7.2 Demais impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
PIS a recuperar	1.212	-	1.366	-
COFINS a recuperar	5.567	-	6.282	-
ICMS a recuperar	95	134	95	135
ISS a recuperar	-	-	-	-
INSS a recuperar	132	133	236	236
	7.006	267	7.979	371
Total – Impostos a recuperar	8.011	273	9.355	387

8 Outros valores a receber

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Adiantamento a funcionários	444	303	480	309
Adiantamento a fornecedores	1.228	570	1.744	585
Despesas antecipadas (*)	2.471	2.130	2.757	2.271
Outros créditos	145	73	145	72
	4.288	3.076	5.126	3.237

(*) As despesas antecipadas referem-se substancialmente a: vale transporte, vale refeição, assistência médica e seguros que serão apropriados ao resultado pela sua competência, além de gastos com determinadas comissões e gastos iniciais de implantação que são reconhecidas no resultado pelo prazo dos contratos de aluguel.

9 Operações com partes relacionadas

Referem-se aos valores a receber junto às suas controladas, Office Plotter e Bird Solutions, e valores a pagar ao sócio referentes ao contrato de mútuo celebrado, cujo vencimento ocorrerá no decorrer dos próximos exercícios.

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Ativo				
SCM Participações	81	-	-	-
Bird Solution	8.918	9.348	-	-
Transações c/ parte relacionada PF	1.339	1.339	5.308	2.036
	10.338	10.687	5.308	2.036
Passivo				
Transações c/ parte relacionada PF	223	378	223	378
	223	378	223	378

As operações com as partes relacionadas não preveem a cobrança de juros, nem prazo específico de liquidação do pagamento.

As operações referem-se basicamente a rateio de despesas da Companhia com suas controladas, sendo: Mão de obra, despesas fixas, aluguel e determinados equipamentos.

	Consolidado	
	2022	2021
Receita bruta de vendas		
Office Total	712	176
Bird	2.409	1.167
SCM Participações	3.904	-
	7.025	1.343
Custos		
Office Total	(712)	(176)
Bird	(2.409)	(1.167)
SCM Participações	(3.904)	-
	(7.025)	(1.343)

	Consolidado	
	2022	2021
Receita bruta de vendas		
Office Total	712	176
Bird	2.409	1.167
SCM Participações	<u>3.904</u>	<u>-</u>
	7.025	1.343
Custos	2022	2021
Office Total	(712)	(176)
Bird	(2.409)	(1.167)
SCM Participações	<u>(3.904)</u>	<u>-</u>
	(7.025)	(1.343)

O valor da remuneração dos administradores com base no pró-labore, em 2022, foi de R\$ 4.830 (R\$ 4.137 em 2021).

Adicionalmente, a nota explicativa 21 apresenta os saldos a pagar aos ex-controladores (minoritários após a aqu) das empresas adquiridas Bird e SCM.

A Companhia tem provisionado o valor de R\$ 3.286 referente à participação nos lucros do exercício de 2022, que deverá ser liquidado durante o exercício de 2023.

10 Investimentos

a. Informações sobre os investimentos em 2022 e 2021 estavam assim apresentados

2022

	Participação percentual	Total de ativos	Capital social	Patrimônio líquido	Lucro líquido
BIRD Solution	80%	20.622	5.774	3.432	3.158
SCM Participações	80%	42.577	12.400	39.748	23.632

2021

	Participação percentual	Total de ativos	Capital social	Patrimônio líquido	Lucro líquido
BIRD Solution	80%	23.028	5.774	2.544	2.650

b. A movimentação dos investimentos mantidos pela controladora em controladas, em 2022 e 2021, estava assim apresentada

Investimentos	Saldo em 2021	Aquisição de investimentos	Baixa de investimentos	Dividendos	Equivalência patrimonial	Ajuste de avaliação patrimonial	Transferências	Saldo em 2022
BIRD Solution	2.035	-	-	(4.160)	2.526	-	-	401
SCM Participações	-	28.268	-	(12.430)	16.188	(228)	-	31.798
Ágio aq. de investim. - SCM Participações	-	19.559	-	-	-	-	-	19.559
Mais Valia aq. de investim. - SCM Participações	-	1.934	-	-	-	-	-	1.934
Ágio aq. de investim. - Office Plotter	672	-	-	-	-	-	(672)	-
Ágio aq. de investim. - Costa Petróleo	517	-	-	-	-	-	(517)	-
Ágio aq. de investim. - Super Parts	4.417	-	-	-	-	-	(4.417)	-
Ágio aq. de investim. - Office Total	22.634	-	-	-	-	-	(22.634)	-
Ágio aq. de investim. - Solution	2.547	-	-	-	-	-	(2.547)	-
Ágio aq. de investim. - Docprovider	671	-	-	-	-	-	(671)	-
	33.493	49.761	-	(16.590)	18.714	(228)	(31.458)	53.692

Investimentos	Saldo em 2020	Aquisição de investimentos	Baixa de investimentos	Equivalência patrimonial	Saldo em 2021
Office Plotter	(1.164)	-	981	183	-
BIRD Solution	-	502	-	1.533	2.035
Ágio aq. de investim. - Office Plotter	672	-	-	-	672
Ágio aq. de investim. - Costa Petróleo	517	-	-	-	517
Ágio aq. de investim. - Super Parts	4.417	-	-	-	4.417
Ágio aq. de investim. - Office Total	22.634	-	-	-	22.634
Ágio aq. de investim. - Solution	2.547	-	-	-	2.547
Ágio aq. de investim. - Docprovider	671	-	-	-	671
	30.294	502	981	1.716	33.493
Investimentos	31.458	-	-	-	33.493
Provisão para perdas em investimento	(1.164)	-	-	-	-

Saldos transferidos para intangível (nota 12) de forma a melhor refletir o evento contábil de incorporação dos respectivos investimentos.

c. Posição do Investimento na Aquisição

Empresa	Patrimônio Líquido total	Percentual de Participação	Investimento	Ágio Gerado na Transação	Mais Valia	31/12/2022
SCM	35.335	80%	28.268	19.559	1.934	49.761

A Administração realizou, no exercício de 2022 análise da recuperabilidade do montante de ágio registrado na aquisição de participação de investimento utilizando WACC (Custo Médio Ponderado de Capital) 13% ao ano e não foi identificada necessidade de constituição de provisão para redução do valor contabilizado.

A metodologia utilizada para definir a rentabilidade da Companhia como sendo seu valor operacional, compreendeu o valor descontado do fluxo de caixa líquido futuro. Esse fluxo é composto pelo lucro líquido após os impostos, acrescidos dos itens não caixa (depreciação e amortização) e deduzidos dos investimentos em ativos operacionais.

O período projetivo operacional do fluxo de caixa líquido é determinado levando-se em consideração o tempo que a Companhia levará para apresentar uma atividade operacional estável, ou seja, sem variação operacional julgado relevante. O fluxo é trazido ao valor presente utilizando-se uma taxa de desconto, que irá refletir o risco associado ao mercado.

11 Imobilizado

a. Controladora

	Taxa	Deprec.	2021	Adições	Baixas	Transferencias	Depreciação	2022
Móveis e utensílios	10%		262	310	-	-	(59)	513
Veículos	20%		147	-	-	-	(37)	110
Máquinas e equipamentos	33%		30.603	51.496	(6.378)	(346)	(15.851)	59.524
Mais/menos valia	25%		-	-	-	-	-	-
Computadores e periféricos	20%		403	410	-	346	(217)	942
Instalações	10%		197	68	-	1.619	(121)	1.763
Imobilizado em curso	-		-	1.658	-	(1.619)	-	39
			31.612	53.942	(6.378)	-	(16.285)	62.891

	Taxa		Adições	Baixas	Depreciação	2021
	Deprec.	2020				
Móveis e utensílios	10%	181	118	-	(37)	262
Veículos	20%	-	183	-	(36)	147
Máquinas e equipamentos	33%	19.048	23.991	(1.073)	(11.363)	30.603
Mais/menos valia	25%	694	-	-	(694)	-
Computadores e periféricos	20%	293	239	-	(129)	403
Instalações	10%	147	118	-	(68)	197
		20.363	24.649	(1.073)	(12.327)	31.612

b. Consolidado

	Taxa		Adições		Baixas	Transferencias	Depreciação	2022
	Deprec.	2021	Adições	Incorporada				
Móveis e utensílios	10%	326	310	-	-	-	(59)	577
Veículos	20%	168	-	-	-	-	(53)	115
Máquinas e equipamentos	33%	36.061	70.768	7.686	(6.894)	(346)	(27.558)	79.717
Máquinas e equipamentos em locação	10%	-	-	14.292	-	-	(6.048)	8.244
Computadores e periféricos	20%	410	1.217	-	-	346	(319)	1.654
Instalações	10%	197	68	-	-	1.619	(121)	1.763
Mais/menos valia	-	-	1.934	-	-	-	-	1.934
Imobilizado em curso	-	-	1.707	-	-	(1.619)	-	88
		37.162	76.004	21.978	(6.894)	-	(34.158)	94.092

	Taxa		Adições	Baixas	Depreciação	2021
	Deprec.	2020				
Móveis e utensílios	10%	245	118	-	(37)	326
Veículos	20%	37	183	-	(52)	168
Máquinas e equipamentos	33%	23.646	26.548	(1.659)	(12.474)	36.061
Mais/menos valia	25%	694	0	-	(694)	0
Computadores e periféricos	20%	305	246	-	(141)	410
Instalações	10%	147	118	-	(68)	197
		25.074	27.213	(1.659)	(13.466)	37.162

A aquisição de máquinas e equipamentos são para a atividade fim da Companhia, locações.

Por determinação da administração a Companhia avaliou as taxas de depreciação similares as taxas aplicadas pela legislação fiscal, à exceção das máquinas e dos equipamentos, para os quais utiliza as taxas definidas em laudo.

c. Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

A Companhia avalia periodicamente os bens do imobilizado com a finalidade de identificar evidências que levem a perdas de valores não recuperáveis desses ativos ou ainda quando eventos ou alterações significativas indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Se identificável que o valor contábil do ativo excede o valor recuperável, esta perda é reconhecida no resultado do exercício. Até o momento não há indicativos da existência de redução do valor recuperável dos ativos da Companhia, conforme previsto no CPC 01.

12 Intangível

a. Controladora

	Taxa Deprec.	Saldo em 2021	Adições	Baixas	Amortização	Transferências	Saldo em 2022
Carteiras de clientes	10% a 30%	4.490	-	-	(2.484)		2.006
Softwares	20%	5.406	5.011	-	(962)		9.455
Ágio aquisição de investimentos		-				31.458	31.458
		9.896	5.011	-	(3.446)	31.458	42.919

	Taxa Deprec.	Saldo em 2020	Adições	Baixas	Amortização		Saldo em 2021
Carteiras de clientes	10% a 30%	6.972	-	-	(2.482)		4.490
Softwares	20%	2.543	3.598	(60)	(675)		5.406
		9.515	3.598	(60)	(3.157)		9.896

Saldos transferidos do investimento (nota 10) de forma a melhor refletir o evento contábil de incorporação dos respectivos investimentos.

b. Consolidado

	Taxa Deprec.	Saldo em 2021	Adições	Baixas	Amortização		Saldo em 2022
Carteiras de clientes	10% a 30%	6.770	-	-	(3.187)		3.583
Softwares	20%	5.453	5.159	-	(983)		9.629
Marcas e patentes		-	-	-	-		-
Ágio aquisição de investimentos		32.120	19.559	-	-		51.679
		44.343	24.718	-	(4.170)		64.891

	Taxa Deprec.	Saldo em 2020	Adições	Baixas	Amortização		Saldo em 2021
Carteiras de clientes	10% a 30%	9.783	-	-	(3.013)		6.770
Softwares	20%	2.605	3.598	(60)	(690)		5.453
Marcas e patentes		2	-	(2)	-		-
Ágio aquisição de investimentos		32.120	-	-	-		32.120
		44.510	3.598	(62)	(3.703)		44.343

Para atribuição de valor ao intangível da carteira de clientes foi utilizado o valor presente líquido do resultado futuro projetado sobre os contratos existentes à época da aquisição, no montante líquido de R\$ 3.583 (R\$ 6.771 em 2021), amortizado no prazo definido em laudo efetuado por empresa especializada.

- (a) Para os valores referentes ao ágio de investimentos foi realizado teste de *impairment*, quenão apurou ajuste a ser realizado.

- (b) O ágio no montante de R\$ 51.679 está representado por R\$ 28.240 referentes ao ágio na aquisição da Laranjeiras Participações, em 2014; R\$ 3.218 referentes ao ágio na aquisição da Solution Automação, em 2019; R\$ 662, da Bird Solution, em 2020; e R\$ 19.559 na aquisição da SCM em fevereiro 2022.

13 Fornecedores

Essa conta refere-se à aquisição de máquinas e equipamentos de terceiros e demais insumos necessários para atender à atividade da Companhia, saldo em 31 de dezembro de 2022 consolidado de R\$ 12.304 (R\$ 12.913 em 2021) e controladora de R\$ 8.753 (R\$ 11.498 em 2021).

14 Empréstimos e financiamentos

OFFICE TOTAL S/A											
Empresa/Credor	Vencimento	Taxa Anuais	2021	Capt.	Amort	IOF	Jrs Pago	Jrs Prov.	Tarifa	2022	
Banco do Brasil	(b)	20/09/2022	CDI + 3%	5.342	-	(5.200)	-	(619)	477	-	-
Banco do Brasil	(c)	26/02/2023	CDI + 3%	5.191	-	(3.800)	-	(353)	423	-	1.461
Banco do Brasil - Debentures	(f)	25/11/2027	CDI + 2,3%	-	100.000	-	-	-	1.567	-	101.567
Banco Bradesco	(d)	28/02/2022	CDI + 3,4%	138	-	(138)	-	-	-	-	-
Banco Bradesco	(a)	19/07/2025	10,92%	862	-	(250)	4	(51)	61	-	626
Banco Bradesco	(a)	30/08/2025	12,45%	745	-	(190)	4	(48)	65	-	575
Banco Bradesco	(a)	28/09/2025	13,08%	2.142	-	(584)	13	(151)	171	-	1.591
Banco Bradesco	(a)	16/11/2025	14,82%	2.252	-	(500)	13	(162)	169	-	1.772
Banco Bradesco	(a)	03/12/2025	15,39%	3.459	-	(703)	20	(221)	242	-	2.797
Banco Bradesco	(a)	30/12/2025	15,53%	1.761	-	(352)	10	(120)	148	-	1.448
Banco Bradesco	(a)	21/01/2026	15,53%	-	389	(69)	2	(23)	24	-	322
Banco Bradesco	(a)	09/02/2026	16,08%	-	114	(18)	0	(7)	6	-	96
Banco Santander	(a)	15/10/2026	CDI + 4,6%	934	-	(183)	-	(45)	144	(4)	846
Banco Santander	(a)	09/12/2026	14,98%	87	-	(19)	0	(7)	8	-	70
Banco Santander	(a)	28/12/2026	14,98%	318	-	(66)	1	(26)	28	-	256
CEF	(e)	02/07/2024	CDI + 2,55%	14.188	-	(14.272)	-	(1.213)	1.298	-	0
Banco Itaú (-) Diferimento custo de captação BB	(g)	29/09/2025	CDI + 0,22%	-	21.028	-	-	-	157	(86)	21.099
				(193)	(1.241)	184	-	-	-	-	(1.250)
Sub-Total				37.226	120.290	(26.161)	69	(3.045)	4.989	(90)	133.277
BIRD											
Banco Santander - PLOTTER	(h)	5-dez-23	CDI + 3,04%	2.559		(1.272)		(298)	288		1.277
Sub-Total				2.559		(1.272)		(298)	288		1.277
Total Consolidado				39.785	120.290	(27.433)	69	(3.343)	5.277	(90)	134.554

Office Total S.A
 Demonstrações financeiras em
 31 de dezembro de 2022 e 2021

OFFICE TOTAL S/A										
Empresa/Credor		Vencimento	Taxa Anuais	2020	Capt.	Amort	IOF	Jrs Pago	Jrs Prov.	2021
Banco do Brasil	(b)	20/09/2022	CDI + 3%	11.451	-	(6.000)	-	(785)	676	5.342
Banco do Brasil	(c)	26/02/2023	CDI + 3%	8.084	-	(2.857)	-	(445)	409	5.191
Banco Bradesco	(d)	28/02/2022	CDI + 3,4%	951	-	(814)	-	(37)	38	138
Banco Bradesco	(a)	19/07/2025	10,92%		960	(100)	2	(25)	25	862
Banco Bradesco	(a)	30/08/2025	12,45%		824	(67)	1	(18)	24	745
Banco Bradesco	(a)	28/09/2025	13,08%		2.139	-	3	(68)	68	2.142
Banco Bradesco	(a)	16/11/2025	14,82%		2.251	-	1	(27)	27	2.252
Banco Bradesco	(a)	03/12/2025	15,39%		3.459	-	-	-	-	3.459
Banco Bradesco	(a)	30/12/2025	15,53%		1.761					1.761
Banco Santander	(a)	15/10/2026	CDI + 4,6%		927	-	-	-	7	934
Banco Santander	(a)	09/12/2026	14,98%		87	-	-	-	-	87
Banco Santander	(a)	28/12/2026	14,98%		318	-	-	-	-	318
CEF		27/03/2023	CDI + 3,29%	9.015	-	(9.000)	-	(280)	265	-
CEF (-) Diferimento custo de captação BB	(e)	02/07/2024	CDI + 2,55%		14.000			(462)	650	14.188
				(357)		164				(193)
Sub-Total				29.144	26.726	(18.674)	7	(2.147)	2.189	37.226
BIRD										
Banco Santander - PLOTTER	(h)	5-dez-23	CDI + 3,04%		3.538	(937)		(228)	186	2.559
Sub-Total				-	3.538	(937)		(228)	186	2.559
Total Consolidado				29.144	30.264	(19.611)	7	(2.375)	2.375	39.785

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Circulante	12.814	18.838	14.091	20.125
Não circulante	120.463	18.388	120.463	19.660
	133.277	37.226	134.554	39.785

- (a) O referido empréstimo fora captado para financiar a aquisição de equipamentos, tendo garantia os próprios equipamentos financiados.
- (b) Garantia de 20% do saldo devedor em recebíveis + 51% das ações OT e *covenants* referentes à Net Debt/EBITDA (2.5x): 2019 e (2.5x) de 2020 até 2023.
- (c) Garantia de 20% do saldo devedor em recebíveis + 51% das ações OT e *covenants* referentes à Net Debt/EBITDA (2.5x): 2019 e (2.5x) de 2020 até 2023.
- (d) Garantia de 20% do saldo devedor em recebíveis.
- (e) Garantia de 20% do saldo devedor em recebíveis + 15% do saldo mantidos em aplicação financeira.
- (f) Garantia de 5% do saldo devedor em recebíveis + *covenants* referentes à Net Debt/EBITDA de até 3,0x.
- (g) Garantia de 15% do saldo devedor em recebíveis.

- (h) Garantia de 25% do saldo devedor em recebíveis.

Conforme mencionado na letra (e), a Companhia possui covenants referente a emissão de debêntures igual a Dívida Financeira Líquida/EBITDA. Para fins do disposto nesse item, entende-se por:

a) Dívida Financeira Líquida: significa o valor resultante da soma de (i) dívidas com instituições financeiras, (ii) títulos e valores mobiliários representativos de dívida; (iii) mútuos; (iv) leasings, (v) saldo líquido de operações de derivativos (se negativo), e (2) da subtração de disponibilidade de caixa, títulos públicos, aplicações financeiras equivalentes e saldo líquido de operações de derivativos (caso positivo); e

b) “**EBITDA**”: (+/-) Lucro/Prejuízo Líquido; (+/-) Despesa/Receita Financeira Líquida; (+) Provisão para IRPJ e CSLL; (+) Depreciações, Amortizações e Exaustões; (+/-) Perdas/Lucros resultantes de Equivalência Patrimonial (ou Dividendos Recebidos) e (+/-) resultado não operacional ou não recorrente. Em caso de aquisições ou novos contratos adquiridos ao longo dos últimos 12 (doze) meses que não estejam integralmente consolidados nas demonstrações financeiras anuais, o cálculo do EBITDA será proforma considerando os 12 (doze) meses integrais de operação de tal aquisição ou contrato.

Para 2022, a Dívida líquida/EBITDA encerrou em 1,36

15 Arrendamentos

O CPC 06 R2 (IFRS 16) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento referente à locação de imóveis e veículos utilizados na operação, assim demonstrados:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Saldo inicial	1.822	1.989	1.822	1.989
Adições	3.942	-	3.942	-
Outros	4	-	4	-
(-) Depreciação no período	(1.361)	(167)	(1.361)	(167)
Saldo final	4.407	1.822	4.407	1.822

	Controladora		Consolidado	
Passivo	2022	2021	2022	2021
Arrendamentos a pagar				
Circulante	3.964	1.309	3.964	1.309
Não circulante	603	603	603	603
	4.567	1.912	4.567	1.912

(-) Depreciação acumulada:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Saldo Inicial	(1.107)	(2.277)	(1.107)	(2.277)
Adições	(1.361)	(167)	(1.361)	(167)
Baixas	64	1.337	64	1.337
Saldo Final	(2.404)	(1.107)	(2.404)	(1.107)

(-) Juros a apropriar:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Saldo Inicial	(74)	(32)	(74)	(32)
Adições	(347)	(42)	(347)	(42)
Baixas		-		-
Saldo Final	(421)	(74)	(421)	(74)

Trazidos ao valor presente pela taxa média dos financiamentos (CDI + 0,32%a.a.).

16 Obrigações trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Salários a pagar	-	625	31	710
IRRF s/ salários	604	422	764	463
INSS a recolher	476	451	676	508
FGTS a recolher	-	132	43	153
Pensão alimentícia	-	9	-	10
Participação nos lucros e resultados	2.895	1.551	3.286	1.797
Outras obrigações trabalhistas	14	-	14	-
Provisões de férias	2.620	2.294	3.484	2.664
	6.609	5.484	8.298	6.305

Valor da participação dos lucros e resultados na DRE é de (3.860) em 2022, (2.221) em 2021, na Controladora e (4.426) em 2022, (2.582) em 2021, no Consolidado.

17 Impostos a pagar

17.1 Imposto de renda e contribuição social a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
IRPJ a pagar	-	132	540	231
CSLL a pagar	-	50	206	86
	-	182	746	317

17.2 Demais impostos a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
ISS a pagar	25	20	27	25
ICMS a pagar	62	97	150	140
Retidos de terceiros a pagar	7	16	11	17
COFINS/faturamento a pagar	-	226	37	306
PIS s/ faturamento a pagar	-	49	5	66
PIS/COFINS/CSLL a pagar	18	24	25	28
Parcelamentos de impostos (a)	4.073	5.101	4.788	6.009
	4.185	5.533	5.043	6.591

(a) referem-se a parcelamentos de impostos federais (IRPJ, CSLL, PIS e COFINS). Os mesmos estão sendo liquidados mensalmente.

Circulante	1.763	2.081	2.194	2.521
Não circulante	2.422	3.452	2.849	4.070

18 Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Adiantamento de clientes	632	442	652	456
Outros	-	112	-	336
	632	554	652	792

19 Provisões para contingências

A Companhia é parte em diversos processos oriundos do curso normal dos seus negócios, para os quais foram constituídas provisões baseadas na estimativa de seus consultores legais.

Contingências

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Trabalhistas	236	236	236	236
Fiscais	26	26	26	26
Cíveis	960	960	960	960
	1.222	1.222	1.222	1.222

A Companhia possui o montante de R\$ 755 (R\$ 320 em 2021) relativos a processos cíveis com probabilidade de perda possível.

Trabalhistas: A Companhia é parte em ações judiciais de natureza trabalhista. Nenhuma dessas ações se refere a valores individualmente significativos, e as discussões envolvem principalmente reclamações de horas extras entre outros.

Cíveis: A Companhia é parte, juntamente com suas controladas, em ações judiciais decorrentes do curso ordinário de suas operações e de suas controladas, principalmente relacionada a consumidores, que representavam, em 31 de dezembro de 2022, o montante indicado como passivo contingente referente a essas questões. Nenhuma dessas ações se refere a valores individualmente significativos.

20 Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

O montante de R\$ 1.219 (R\$ 2.302 em 2021), registrado como imposto de renda e contribuição social diferido foi apurado decorrente da combinação de negócio oriunda da compra do grupo econômico, referente à carteira de clientes

Durante o ano de 2022 o saldo apresentou a seguinte movimentação:

Descrição	Prazo (anos)	Prazo (meses)	Base diferido	Impostos diferidos	Despesa de 2022	Despesa de 2021
Carteira de clientes - OT	10	120	7.870	535	(261)	(304)
Mais valia - Solution	3,83	45,96	3.368	-	(292)	(339)
Menos valia - DOC Provider	2,83	33,96	(234)	-	28	32
Carteira de clientes - Solution	3,83	45,96	5.087	683	(442)	(512)
Carteira de clientes - DOC	2,83	33,96	1.003	-	(118)	(137)
			17.094	1.219	(1.084)	(1.260)

(*) Os prazos estabelecidos estão devidamente suportados pelos PPA's das combinações de negócios.

21 Contas a pagar por aquisição

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Aquisição da BIRD			5.711	4.907
aquisição da Xsol	14.585	12.974	14.585	12.974
Aquisição da SCM	24.304		24.304	
	38.889	12.974	44.600	17.881

- (a) Em março de 2019, a Companhia adquiriu 100% da Docprovider e da Solution Automação, incorporadas em setembro 2019, sendo parte do pagamento efetuado à vista e restando um saldo a pagar de R\$ 14.585 (R\$ 12.974 em 2021), que será liquidado parte em fevereiro 2023 e o saldo em novembro 2023, atualizado pela taxa CDI.
- (b) Em dezembro de 2019, a Companhia adquiriu 80% da Bird Solution, sendo parte do pagamento efetuado à vista e restando um saldo a pagar de R\$ 5.712 (R\$ 4.907 em 2021), que será liquidado em dezembro 2023, atualizado pela taxa CDI.
- (c) Em fevereiro de 2022, a Companhia adquiriu 80% da SCM Participações, sendo parte do pagamento efetuado à vista e restando um saldo a pagar de R\$ 24.304, que será liquidado em cinco anos, atualizado pela taxa CDI.

22 Patrimônio líquido

22.1 Capital social

Em 31 de março de 2022, foi aprovado o aumento de capital na Companhia no valor de R\$ 1.976 com emissão de 1.361.756 ações.

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social de R\$ 69.203 (R\$ 67.227 em 2021) é representado por 46.313.851 (44.952.095 em 2021) ações ordinárias e nominativas sem valor nominal.

22.2 Lucros acumulados

A Companhia possui lucros acumulados até 31 de dezembro de 2022 no montante de R\$ 2.113 e (R\$ 20.543) em 2021.

23 Receita operacional, líquida

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receita bruta de vendas				
Receita de revenda de mercadorias	8.864	7.485	2.510	7.230
Receita de locação (a)	101.202	83.153	167.394	101.626
Receita de serviços	6.171	5.124	9.080	8.008
Dedução de vendas	116.237	95.762	178.984	116.184
Devoluções	(172)	(599)	(184)	(630)
Impostos s/ vendas e serviços*	(4.461)	(9.617)	(5.959)	(11.889)
	(4.633)	(10.216)	(6.143)	(12.469)
Receita líquida	111.604	85.546	172.841	104.395

(*) Composto pelos seguintes impostos por ISS, ICMS, PIS e COFINS

(a) O crescimento da receita de locação da Companhia ocorreu substancialmente pelo crescimento da base de clientes, bem como, a aplicação dos reajustes previstos nos contratos de locação atrelados a indicadores como IPGM e IPCA.

24 Custos dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Suprimentos	(22.454)	(19.117)	(21.914)	(23.468)
Salários, encargos e benefícios	(14.710)	(10.494)	(14.710)	(10.494)
Depreciação de máquinas de locação	(15.851)	(11.363)	(27.558)	(12.371)
Peças	(1.896)	(2.540)	(1.928)	(2.714)
	(54.911)	(43.514)	(66.110)	(49.047)

25 Despesa gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Salários	(2.933)	(2.696)	(11.257)	(5.929)
Benefícios	(3.478)	(2.533)	(5.078)	(2.961)
Encargos sociais	(4.821)	(4.041)	(6.592)	(4.659)
Concessionárias de serviços públicos	(1.300)	(654)	(1.493)	(731)
Aluguéis	(1.601)	(836)	(1.780)	(972)
Despesas comerciais (a)	(1.493)	(129)	(1.766)	(129)
Serviços de terceiros	(8.032)	(6.600)	(12.130)	(8.305)
Impostos e taxas	(410)	(309)	(487)	(358)
Depreciação e amortização	(5.241)	(4.679)	(7.292)	(6.143)
Fretes e carretos	(2.966)	(2.340)	(3.785)	(2.936)
Outras	(2.791)	(1.135)	(4.790)	(1.515)
	(35.064)	(25.952)	(56.450)	(34.638)

(a) As despesas comerciais são referentes aos gastos incorridos no processo de prospecção de novos clientes.

26 Outras receitas operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Créditos de PIS e COFINS sobre despesas operacionais	1.528	694	1.627	847
Venda de máquinas e equipamentos (a)	1.981	1.031	1.963	875
Perda títulos a receber	(116)	(1.720)	(143)	(1.720)
Baixa de estoque por obsolescência ou validade	(1.373)	(730)	(1.373)	(730)
Reversões de provisões perda estoque e títulos a receber	(1.647)	1.390	(1.722)	1.230
Outras	77	114	80	205
	450	779	432	706

- (a) Representam os ganhos de capital na venda de bens do ativo imobilizado, incluindo a venda de máquinas e equipamentos utilizados em locação, partes, peças e demais equipamentos.

27 Resultado financeiro, líquido

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Despesas financeiras				
Despesas bancárias	(542)	(275)	(648)	(314)
Juros s/ empréstimos bancários	(9.340)	(2.197)	(9.628)	(2.428)
Juros passivos	(444)	(289)	(525)	(327)
Outras despesas financeiras	(6.244)	(1.714)	(7.236)	(1.926)
Receita financeira	(16.570)	(4.475)	(18.037)	(4.995)
Descontos obtidos	324	105	326	149
Juros s/ duplicatas	558	231	592	254
Operação financeira	2.256	687	2.407	726
	3.138	1.023	3.325	1.128
Resultado financeiro líquido	(13.433)	(3.453)	(14.712)	(3.867)

28 Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social

A despesa com o Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) representa a soma dos impostos correntes.

Impostos correntes

A provisão para Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas e para Contribuição Social sobre o Lucro líquido é apurada de acordo com os critérios estabelecidos na legislação fiscal vigente.

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Lucro antes do Imposto de Renda e da CSLL	23.500	12.901	31.575	14.967
Base IRPJ/CSLL (alíquota atual)	34%	34%	34%	34%
Valor apurado antes das adições/exclusões	(7.990)	(4.386)	(10.736)	(5.086)
Adições				
Perda por não recebimento de crédito		601		601
Provisão para perdas de créditos	1.663	94	1.742	120
Depreciação IFRS 16	1.504	1.330	1.504	1.330
Doações e brindes	111	61	111	91
Outros adições	35	52	35	102
Juros sobre capital próprio	2.895	2.035	3.286	2.035
Exclusões				
Reversão de provisão para perda de créditos	(16)	(1.486)	(19)	(1.486)
Reverão de perdas de estoques	-	-	-	-
Reversão de PLR	(1.551)		(1.797)	
Resersao de provisão de IFRS 16	(1.403)	(1.240)	(1.403)	(1.240)
Resultado de equivalência patrimonial	(18.714)	(1.716)	(18.714)	
Amortização de ágio	(644)	(644)	(777)	(644)
Juros sobre capital próprio			-	
Outras exclusões	-	-	-	-
Amortização de carteira de clientes	-	(3.178)	-	(3.705)
Prejuízo fiscal	(2.214)	(2.375)	(2.214)	(2.375)
(=) Base de cálculo da contribuição social	(26.324)	(10.852)	(28.982)	(10.257)
Provisão para IRPJ / CSLL (Alíquota Efetiva)	3%	27%	15%	43%
(=) Total - imposto de renda e Contribuição Social devida				
Imposto de Renda e CSLL Corrente	-	(1.827)	(3.157)	(3.183)
Imposto de Renda e CSLL Diferidos	(844)	(1.080)	(1.084)	(1.260)

As declarações de Imposto de Renda apresentadas durante os cinco últimos anos estão sujeitas à revisão pelas autoridades fiscais. Outros impostos estão igualmente sujeitos à revisão e eventual tributação, variando em cada caso o prazo de prescrição.

Em razão da adesão ao PERSE, a Companhia amparada pela lei e com a intenção de mitigar os efeitos da pandemia informa que no período de 60 meses, contados do efeito da lei, ficam reduzidas a zero as alíquotas de IRPJ e CSLL incidentes sobre as receitas das atividades de eventos da Companhia.

Impostos diferidos

O IRPJ e a CSLL diferidos (“Impostos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável.

A provisão para IRPJ e CSLL é apurada de acordo com os critérios estabelecidos na legislação fiscal vigente, tendo sido utilizado o regime de lucro presumido até 31 de julho de 2014 e, após esse período, utilizado o regime de lucro real.

29 Instrumentos financeiros análise de sensibilidade

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- (a) Risco de crédito
- (b) Risco de liquidez
- (c) Risco de mercado.

As informações abaixo apresentam informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos mencionados, os objetivos da Companhia, as políticas e os processos para mensuração e gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações contábeis.

Estrutura de gerenciamento de risco

A Administração é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

A Controladoria da Companhia supervisiona e monitora a aderência às políticas e aos procedimentos de risco e revisa a estrutura de risco determinada.

Descrição	2022		2022	
	Controladora		Consolidado	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos mensurados pelo custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	51.395	51.395	62.450	62.450
Contas a receber de clientes	18.477	18.477	28.741	28.741
Partes relacionadas - ANC	10.338	10.338	5.308	5.308
Outros valores a receber e outros ativos	5.567	5.567	6.423	6.423
Passivos mensurados pelo custo amortizado				
Fornecedores	8.573	8.573	12.304	12.304
Empréstimos e financiamentos	133.277	133.277	134.554	134.554
Arrendamentos a pagar	4.567	4.567	4.567	4.567
Outras contas a pagar	39.741	39.741	45.471	45.471
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	-	-
Operações com partes relacionadas	223	223	223	223

	<u>2021</u>		<u>2021</u>	
	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos mensurados pelo custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	18.368	18.368	27.967	27.967
Contas a receber de clientes	10.340	10.340	12.035	12.035
Operações com partes relacionadas	10.687	10.687	2.036	2.036
Outros valores a receber e outros ativos	3.173	3.173	3.334	3.334
Passivos mensurados pelo custo amortizado				
Fornecedores	11.498	11.498	12.913	12.913
Empréstimos e financiamentos	37.226	37.226	39.785	39.785
Arrendamentos a pagar	1.912	1.912	1.912	1.912
Dividendos e JCP a pagar	1.976	1.976	1.976	1.976
Outras contas a pagar	554	554	793	793
Contas a pagar	12.974	12.974	17.881	17.881
Operação com partes relacionadas	378	378	378	378

Valor justo hierárquico

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros. A hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente ao ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive nadata da mensuração do valor justo.
- Nível 2 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a classificação por nível hierárquico apresenta-se no Nível 2. Ressaltamos que não foram observados instrumentos financeiros classificados como Níveis 1 e 3 durante o período em análise e que não ocorreram transferências de níveis para esse mesmo período.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes, financiamentos e caixa e equivalente de caixa. Historicamente, a Companhia não tem sofrido perdas relevantes decorrentes da falta de cumprimento de obrigações financeiras por parte de seus clientes.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência além dos montantes provisionados para essas contrapartes.

O valor contábil dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é o de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Na tabela abaixo está demonstrado o fluxo de vencimentos dos passivos financeiros:

Controladora	De um a três meses	De três meses a um ano	De um ano a três anos	Após três anos	Total
Fornecedores	7.555	1.018	-	-	8.573
Empréstimos e financiamentos	8.080	23.607	81.277	20.313	133.277
Arrendamentos a pagar	2.322	1.642	603	-	4.567
Dividendos a pagar	-	-	-	-	-
Outros contas a pagar	632	-	-	-	632
Operações com partes relacionadas	-	-	24.526	-	24.526

Consolidado	De um a três meses	De três meses a um ano	De um ano a três anos	Após três anos	Total
Fornecedores	11.270	1.034	-	-	12.304
Empréstimos e financiamentos	9.357	23.607	81.277	20.313	134.554
Arrendamentos a pagar	2.322	1.642	603	-	4.567
Dividendos a pagar	-	-	-	-	-
Outros contas a pagar	652	-	-	-	652
Operações com partes relacionadas	-	-	24.526	-	24.526

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos e perdas da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmotempo, aperfeiçoar o retorno.

A Companhia possui exposição com relação às variações dos índices pós fixados que afetam tanto a receita financeira quanto a despesa financeira. A medianada expectativa de mercado, conforme dados retirados no Banco Central do Brasil (Relatório Focus), com data-base em 4 de março de 2022, indicavam:

	Taxa efetiva verificada em 2022	Taxa efetiva estimada para 2021
CDI		
	13,65%	9,44%
IGP-M	5,45%	17,78%
DÓLAR		
	5,2171	R\$ 5,58

Adicionalmente, a Administração efetuou testes de sensibilidade para cenários adversos, deterioração das taxas em 25% ou 50% em relação ao cenário provável, para cada cenário e foram calculadas as receitas financeiras ou despesas financeiras não se levando em consideração a incidência de tributos. Dessa forma, teríamos o seguinte demonstrativo de análise de sensibilidade:

Operação	Nota	Fator de risco	Cenário provável	Cenário I - deterioração de 25%	Cenário II - deterioração de 50%
Ativos					
Indexador			13,65%	17,06%	20,48%
Aplicações financeiras					
R\$ 58.450	4	CDI	7.978	9.973	11.968
Passivos					
Indexador			13,65%	17,06%	20,48%
Empréstimos					
R\$ 134.554	14	CDI	18.367	22.958	27.550
Arrendamentos					
R\$ 4.567	15	CDI	623	779	935
Contas a pagar por aquisição					
R\$ 41.036	21	CDI	5.601	7.002	8.402

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologia de estimativa poderão ter um efeito diferente nos valores estimados de mercado. Baseada nessa estimativa, a Administração entende que o valor contábil dos instrumentos financeiros equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado.

Mensuração dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia estão mensurados ao custo amortizado. Os valores justos dos instrumentos financeiros da Companhia são equivalentes aos seus valores contábeis, com exceção de empréstimos e financiamentos.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- **Caixa e bancos:** estão apresentados ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil.
- **Contas a receber de clientes:** são classificadas como mantidos até o vencimento, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- **Empréstimos e financiamentos:** captações no mercado para utilização no capital de giro e fortalecimento financeiro para futuras aquisições.

- **Outras contas a pagar:** decorrem de transações realizadas com terceiros para aquisição de serviços, matérias-primas com preços praticados a valores de mercado.
- **Derivativos:** em 14 de outubro de 2022 a companhia contraiu empréstimo em moeda estrangeira no valor EUR 4.095 com SWAP CDI + 2,55%.

30 Seguros

É política da Administração manter cobertura de seguros por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros.

31 Eventos subsequentes

Pagamento Seller

Conforme item 3.2 do Contrato de Compra e Venda, assinado em 24 de janeiro de 2019, referente a aquisição das quotas da Solution Automação Empresarial Ltda. e da DOC Provider Soluções e Serviços Ltda, é devido pela Office Total, no 4º. aniversário da data de fechamento o montante de R\$ 8.750.000,00 (oito milhões, setecentos e cinquenta mil reais) aos vendedores, corrigido monetariamente pela variação da taxa selic.

Em 28 de fevereiro de 2023, em cumprimento a obrigação, fizemos o pagamento de R\$ 11.258.169,36 (onze milhões, duzentos e cinquenta e oito mil, cento e sessenta e nove reais e trinta e seis centavos).